



Processo nº 10980.001189/2002-95
Recurso De Ofício
Acórdão nº 1301-005.331 – 1^a Seção de Julgamento / 3^a Câmara / 1^a Turma Ordinária
Sessão de 18 de maio de 2021
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado HSBC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (BRASIL) LTDA.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Período de apuração: 01/04/1998 a 31/12/1998

RECURSO DE OFÍCIO. LIMITE DE ALÇADA VIGENTE NA DATA DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. PORTARIA MF N° 63. SÚMULA CARF N° 103.

Para fins de análise de conhecimento de Recurso de Ofício, quando de sua apreciação pelo CARF, aplica-se o limite de alçada então vigente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do Recurso de Ofício.

(documento assinado digitalmente)

Heitor de Souza Lima Junior – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Giovana Pereira de Paiva Leite, José Eduardo Dornelas Souza, Lizandro Rodrigues de Sousa, Lucas Esteves Borges, Rafael Taranto Malheiros, Mauritânia Elvira de Sousa Mendonça (suplente convocada), Bárbara Guedes (suplente convocada) e Heitor de Souza Lima Junior (Presidente). Ausente a Conselheira Bianca Felicia Rothschild.

Relatório

O resumo do feito até a fase impugnatória encontra-se perfeitamente espelhado no relatório da autoridade julgadora de 1^a. instância (e-fl. 62), assim aqui adotado, *expressis verbis*:

“(…)

Trata o presente processo do Auto de Infração nº 0003529, às fls. 23/33, cientificado em 10/12/2001 (fl. 36), em que são exigidos R\$ 890.139,56 de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e R\$ 667.604,67 de multa de ofício, essa com fundamento no art. 160 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional - CTN), art. 1º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro

de 1995, e art. 44, I e §1º., I, da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além dos acréscimos legais, R\$ 96,27 de juros pagos a menor ou não pagos sobre parcelas de IRRF, com fundamento no art. 160 da Lei n.º 5.172, de 1966, art. 1º da Lei n.º 9.249, de 1995, e art. 43 da Lei n.º 9.430, de 1996, e R\$ 7.220,30 de multa de ofício isolada, com fundamento no art. 160, da Lei n.º 5.172, de 1966, art. Io da Lei n.º 9.249, de 1995 e arts. 43 e 44, I e II e § Io, II e § 2º da Lei n.º 9.430, de 1996.

2. O lançamento fiscal originou-se de Auditoria Interna nas DCTF dos quatro trimestres de 1997, em que se constatou a falta de recolhimento ou pagamento do principal, a falta ou insuficiência de pagamento de acréscimos legais e a falta de pagamento de multa de mora.

3. Em 09/01/2002, a interessada apresentou a impugnação de fls. 01/07, acompanhada dos documentos de fls. 08/34, onde alega, em síntese, que os pagamentos foram efetuados, que em alguns casos houve erros de preenchimento da DCTF e que, em decorrência, é improcedente o lançamento.

4. À fl. 45, despacho da DRF em Curitiba, encaminhando, em 24/03/2009, o processo para julgamento.

5. Às fls. 46/56, juntaram-se extratos de consulta ao sistema de controle da arrecadação federal.

2. A impugnação foi julgada procedente pela autoridade julgadora de 1^a. instância, na forma de Acórdão de e-fls. 61 a 65, cuja ementa e resultado são a seguir transcritos, *verbis*:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

Ano-calendário: 1997

PAGAMENTO INFORMADO EM DCTF. COMPROVAÇÃO.

Quando comprovado que o pagamento foi realizado pelo contribuinte, cancela-se o lançamento efetuado em face de sua não localização.

DCTF. PREENCHIMENTO EQUIVOCADO. PAGAMENTOS TEMPESTIVOS DE IRRF. JUROS ISOLADOS E MULTA DE OFÍCIO ISOLADA. DESCABIMENTO.

Comprovando-se que os pagamentos efetuados a título de IRRF foram realizados tempestivamente, e que houve equívoco quanto ao preenchimento da DCTF, cancelam-se os lançamentos correspondentes.

Lançamento Improcedente

3. Cientificada a contribuinte da decisão de improcedência do lançamento em 03.09.2009 (e-fl. 72), o litígio se resume à interposição do recurso de ofício pela DRJ/Curitiba, por força do valor exonerado.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Heitor de Souza Lima Junior, Relator.

4. Decorre a interposição do Recurso de Ofício do fato da Portaria MF n.º 3, de 07 de janeiro de 2008, estabelecer em seu art. 1º., o limite de alcada em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), *verbis* :

Portaria MF n.º 03/2008

Art. 1º O Presidente de Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) recorrerá de ofício sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa, em valor total superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo único. O valor da exoneração de que trata o caput deverá ser verificado por processo.

5. Especificamente, *in casu*, o valor de juros e multa de ofício objeto de lançamento e posteriormente exonerado alcança R\$ 1.557.744,23 (sendo R\$ 890.139,56 a título de principal e R\$ 667.604,67 a título de multa de ofício, consoante e-fl. 26), daí restando justificada, inicialmente, a presente interposição recursal.

6. Todavia, ocorre que, em 10 de fevereiro de 2017, foi publicada a Portaria MF nº. 63 que estabeleceu novo limite para interposição de Recurso de Ofício pelas Delegacias de Julgamento, a saber, R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), *verbis*:

Portaria MF nº 63/2017

Art. 1º O Presidente de Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) recorrerá de ofício sempre que a decisão exonerar sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa, em valor total superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).

7. Ainda a propósito, a aplicação do novo limite de alçada em sede de conhecimento de Recurso de Ofício foi objeto da Súmula Carf nº. 103, aprovada em 08/12/2014 e de aplicação obrigatória por este Colegiado, que assim reza:

Súmula CARF nº 103: Para fins de conhecimento de recurso de ofício, aplica-se o limite de alçada vigente na data de sua apreciação em segunda instância.

8. Assim, de se aplicar o novo limite de alçada R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) quando da análise de conhecimento do presente Recurso de Ofício e, destarte, uma vez que o montante exonerado no presente feito é inferior ao valor supra, não é de se conhecer do Recurso.

9. Diante do exposto, a partir do disposto na Portaria MF nº. 63, de 2017 e, firme na Súmula Carf nº. 103, voto no sentido de não conhecer do Recurso de Ofício.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Heitor de Souza Lima Junior